

**O PÚBLICO E O PRIVADO:  
o ‘baralhamento’ no cotidiano das famílias beneficiárias do Programa  
Bolsa Família**

***THE PUBLIC AND THE PRIVATE:  
the ‘entanglement’ in the everyday life of families receiving Bolsa Família***

---

Michele de Lavra Pinto

*Fundação Getúlio Vargas / Escola Superior de Propaganda e Marketing (RJ)*

**Resumo**

As políticas de transferência de renda como o Bolsa Família permite compreender outras dimensões da vida das populações de baixa renda no Brasil. O presente artigo busca refletir sobre o público e o privado e seu ‘baralhamento’ no cotidiano de famílias beneficiadas pelo PBF, utilizando-se para isso de dados empíricos de dois momentos e locais distintos de uma pesquisa etnográfica. Como resultado é possível assinalar que as fronteiras entre o público e o privado, nesse caso, mostram-se mais “fluidas”, tanto do ponto de vista espacial, quanto das relações sociais. Por outro lado, existem redes de solidariedade que se revelam estratégias importantes, uma vez que a proteção do Estado não consegue abranger todas as necessidades das famílias de baixa renda.

**Palavras-chave:** Bolsa Família, público e privado, solidariedade, família

**Abstract**

The income transfer political like Bolsa Família allows us to understand other aspects of the lives of low-income populations in Brazil. This article reflects on the public and the private and his “entanglement” in the everyday families benefited by the PBF, using for this empirical data from two distinct locations and moments of an ethnographic research. As a result it is possible to note that the frontiers between public and private in this case were more “fluid”, both from the point of view of spatial and social relations. On the other hand, there are networks of solidarity that reveal themselves as important strategies, since the protection of the state cannot cover all the needs of low-income families.

**Keywords:** Bolsa Família, public and private, solidarity, entanglement, family

## Introdução

No Brasil, há uma crescente produção multidisciplinar de trabalhos que discutem e analisam, principalmente através de dados quantitativos gerados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), os efeitos das políticas públicas, entre as quais as Políticas de Transferência de Renda, na educação, saúde, trabalho, e seus impactos para erradicação da pobreza e/ou redução da desigualdade<sup>1</sup> no Brasil, acompanhados do comportamento favorável da economia (Hoffmam, 2006). Todo esse interesse justifica-se, pois o tema da pobreza<sup>2</sup> é apontado como um problema a ser vencido pelos governos, principalmente nos países em desenvolvimento. Por outro lado, é importante analisar como se dão as variações e combinações no cotidiano dessas famílias e sua relação com o gestor municipal do Programa Bolsa Família (PBF), uma vez que o benefício pago é público, porém o seu dispêndio se dá no âmbito privado, o que acaba ocasionando 'mistura' e/ou sobreposição dessa dicotomia. O presente artigo busca refletir sobre o público e o privado e seu 'baralhamento' no cotidiano de famílias beneficiadas pelo PBF, utilizando-se para isso de dados empíricos provenientes de dois momentos distintos de pesquisas. O primeiro, uma pesquisa etnográfica realizada com famílias da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS) (entre os anos de 2008-2011) e o segundo, uma pesquisa em andamento com famílias da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro<sup>3</sup>. Embora em locais e cidades distintas, o artigo destaca questões que são comuns aos dois universos acima citados.

Convém salientar que as diferenças entre o público e o privado remetem aos tempos da Grécia e da Roma antigas (Bobbio, 1987), entretanto, não se pretende traçar historicamente essa dicotomia ao longo dos séculos. Mas utilizar-se da relevância conceitual do público e do privado para compreender as relações que se apresentam entre gestores do PBF e beneficiários, assim como as redes de solidariedade construídas entre as famílias de baixa renda pesquisadas a partir das categorias casa e rua. Para a análise, são utilizadas obras de autores clássicos e contemporâneos do pensamento social brasileiro, dando ênfase às obras *Sobrados e Mucambos* de Gilberto Freire, *Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda, *A casa e a rua e Carnavais, Malandros e Heróis* de Roberto DaMatta, cujas perspectivas são calcadas em variáveis culturais, entre outros autores.

---

1 Pobreza como medida absoluta corresponde número exato de pobres existentes no país em determinada data; já a Desigualdade é uma medida relativa, estabelecida mediante comparação entre grupos mais ou menos abastados (tanto renda, quanto à riqueza) (Lahóz, 2002).

2 Sonia Rocha (2009, p. 120) apresenta um gráfico da proporção da evolução de pobres e indigentes entre 1995-2006. O gráfico mostra que houve uma queda da pobreza em áreas rurais (passou de 41,5% em 1995 para 29,4% em 2006) e a falta de progressos nas áreas metropolitanas (31,2% em 1995 e 31,3% em 2006). A autora salienta que no gráfico foi excluída a área rural da Região Norte.

3 A primeira pesquisa foi realizada em uma vila na cidade de Canoas (RS) e a outra pesquisa, que está em andamento, em uma favela na Zona Sul do Rio de Janeiro.

### **Descrevendo o campo e o Programa Bolsa Família: a estrutura da gestão municipal no Rio de Janeiro (RJ) e Canoas (RS).**

Os dois locais pesquisados, ou seja, a vila em Canoas (RS) e a favela<sup>4</sup> na Zona Sul do Rio de Janeiro, possuem algumas características distintas no que se refere à moradia e ao acesso ao local. A vila, em Canoas, possui ruas asfaltadas, com exceção de duas que são paralelas à rua principal. As casas são modestas, algumas construídas com madeira de forma precária, com piso feito de terra batida ou pedaços de madeira. Outras, em menor número, embora mantenham a simplicidade, possuem acabamento em alvenaria. É comum a ocupação de um mesmo terreno por várias casas, ou seja, existe uma casa na parte da frente e um corredor, quase sempre lateral, que leva a outras moradias, geralmente do mesmo núcleo familiar (filhos(as), pais, sogros, irmãos, primos). Outra característica das moradias são as partes inacabadas ou em construção junto à casa principal, chamadas de *peças* pelos moradores e construídas de acordo com as condições econômicas da família. Essas *peças* atendem à necessidade de aumentar a casa quando um novo membro passa a residir no local. A chegada dos novos membros se dá pelo casamento, separações e vinda de parentes do interior, como no caso de Amélia. No terreno onde ela reside, moram também o irmão e uma prima. Na primeira casa, moram Amélia, os três filhos, o marido e a mãe. O local é constituído de uma peça feita de madeira com o chão de cimento e um banheiro de alvenaria. Na parte de trás do terreno, há mais duas moradias do mesmo tamanho, ocupadas pelas famílias do irmão e da prima.

Na favela pesquisada, existem somente duas ruas asfaltadas e largas que permitem chegar a partes do morro. Os demais acessos são feitos por escadarias e/ou por um elevador inclinado, que sobe até uma determinada parte da favela, a “5ª estação”; após esta ‘estação’, somente pelas escadarias. No que diz respeito às moradias, essas são dispostas no morro, construídas em sua maioria de alvenaria, embora haja casas de madeira no alto da favela, local em que, segundo os moradores, vivem as famílias mais pobres. No relato de Maria, moradora do alto do morro e beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF), quanto mais perto do “asfalto” mais caro fica para morar, “quem é pobre como eu, não tem condições de descer, estou esperando me chamarem para o apartamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).” Diferente do que acontece na vila, em Canoas, na favela carioca a ocupação do espaço por várias casas se dá de maneira vertical, ou seja, outra peça ou casa é construída sobre a laje<sup>5</sup>, formando pequenos prédios, pois não há espaço para construir de maneira horizontal, uma vez que todos os espaços são ocupados por outras moradias ou por escadarias e caminhos estreitos que permitem a circulação das pessoas.

4 Favelas e vilas são termos utilizados respectivamente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul como referência aos locais de residências das populações de baixa renda pesquisadas. Segundo Athayde (2011), no Brasil, a forma de denominar ganha variações em cada região do país, mas a realidade socioeconômica é a mesma, criando um perfil semelhante de seus moradores.

5 Para aprofundar cf. Freire-Medeiros, 2009; Franco, 2008.

Embora em regiões distintas e com certas particularidades, as famílias mais pobres dos dois locais podem ter acesso às políticas sociais, que incluem o PBF. Através do acesso à gestão municipal do PBF e às famílias beneficiárias é possível conhecer a estrutura burocrática relacionada ao programa e, assim, a existência do campo e os “agentes” que dele participam. Como já mencionado, a gestão do Programa Bolsa Família é em parte descentralizada, e cabe aos gestores municipais a responsabilidade pela identificação e pelo cadastramento das famílias. O Cadastro Único permite avaliar a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações sobre todo o núcleo familiar, sobre as características do domicílio, as formas de acesso aos serviços públicos essenciais e, também, sobre os dados de cada um dos componentes da família.

A identificação das famílias é feita através de informações obtidas junto à população local, escolas, associação de moradores, sindicatos, entre outros, ou a própria família busca pelo cadastro/benefício junto às Secretarias Municipais de Desenvolvimento Social. Nas cidades do Rio de Janeiro e Canoas, os Centros de Referência de Assistência Social (Cras), vinculados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), funcionam como porta de entrada para as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Os Cras são responsáveis, entre outras atribuições, pelo encaminhamento das famílias para a rede de assistência social da prefeitura, que inclui vários programas sociais e entre eles o PBF<sup>6</sup>. Nos Cras, há profissionais de diferentes áreas de formação e cargos que trabalham diretamente na gestão do PBF, entre eles, assistentes sociais, pedagogas, agentes responsáveis pelo cadastro, entre outros – a maioria funcionários concursados, mas há também ocupantes de cargos de confiança. Cada Centro fica responsável por diversos bairros das referidas cidades, e cada Cras possui a mesma estrutura quanto ao número de pessoas, embora haja diferenças quanto às áreas físicas da mesma. Cabe salientar que, devido ao número de habitantes, existem mais CRAS na cidade do Rio de Janeiro<sup>7</sup>.

### **Breve contextualização das Políticas Públicas e do Programa Bolsa Família**

No contexto brasileiro, segundo Cohn (2000), nas três primeiras décadas do século XX até a Revolução de 1930, a questão social no Brasil foi pensada como um “fenômeno excepcional demandando iniciativas pontuais do Estado e sob larga responsabilidade da filantropia (das elites que dispunham de recursos para tanto)” (Cohn, 2000, p. 387). Portanto, o início de um sistema de proteção social data do período compreendido entre 1930 e 1943. Trata-se de um período de grandes transformações socioeconômicas, marcado

6 No âmbito municipal, no Rio de Janeiro, foi criado em dezembro de 2010 o Cartão Família Carioca. Este, assim como o Programa Bolsa Família do governo federal, visa atender as famílias de baixa renda pagando um benefício que varia de acordo com a constituição familiar e a renda per capita. O programa foi lançado como um complemento do Bolsa Família.

7 Segundo o Censo de 2010, a cidade de Canoas possui 323.827 habitantes e a cidade do Rio de Janeiro 6.320.446. Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 26 mar. 2013

pela passagem do modelo agroexportador para o modelo urbano-industrial (Silva et al., 2008). Período que alterou a estrutura produtiva do país e, conseqüentemente, provocou uma migração para os centros urbanos. É nesse período que foram criadas leis de proteção do trabalhador e medidas para promover e criar um sistema educativo (Fausto, 2002)<sup>8</sup>.

Nas décadas de 1970 e 1980, o sistema de proteção social avançou, sob a orientação do governo militar, como uma espécie de compensação à repressão e ao controle social impostos (Silva et al., 2008). Mesmo assim, conforme reforçam Silva et al., houve, a partir de meados da década de 1970, uma rearticulação da sociedade civil e uma eclosão dos denominados “novos movimentos sociais”, que é assimilado pela Constituição Brasileira de 1988, “com a instituição do conceito de Seguridade Social que incorporou a Assistência Social, junto com a Previdência Social e a saúde, enquanto políticas constitutivas da Seguridade Social no país” (Silva et al., 2008, p. 26). Nos anos 1990, a ideia de programas de transferência de renda passa a integrar a agenda pública brasileira, cujo marco se deu com a aprovação, no senado, do Projeto de lei de autoria do senador Eduardo Suplicy propondo a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) (Silva et al., 2008, p. 17). Na década de 90, segue a discussão sobre a formulação de propostas de redistribuição de renda, mediante uma complementação monetária.

A partir de 2003, com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começa um processo de unificação de programas nacionais de transferência de renda, entre os quais o Bolsa-Escola, Programa de Acesso à Alimentação (PNAA), Auxílio-Gás, até então espalhados por vários ministérios. Em 2004, o governo federal oficializa, através da Lei Nº 10.836, o Programa Bolsa Família, que tornar-se o carro-chefe da política social do governo federal. Conforme assinalam Silva et al (2008, p. 99), a partir de 2003 o governo federal estabelece mudanças qualitativas (além de quantitativas) na construção de uma política pública de transferência de renda com condicionalidades<sup>9</sup> de abrangência nacional, política esta que permanece no atual governo da presidenta Dilma Rousseff. Em junho de 2011, o governo federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ampliou os recursos do Bolsa Família, criando um programa de “busca ativa”<sup>10</sup>, com o objetivo de conceder o benefício a famílias extremamente pobres que não foram ainda cadastradas. No ano de 2012, outro programa passa integrar o BF, o “Brasil carinhoso”, que visa beneficiar as famílias que tenham crianças entre 0 e 6 anos de idade.

8 Para aprofundar o assunto sobre o período histórico brasileiro cf. também Skidmore, 1975.

9 Entre os condicionantes para receber o benefício estão: realização de exames pré-natal, acompanhamento de saúde, frequência escolar entre 75% e 85%.

10 A Busca Ativa se desdobra em três estratégias: (1) Busca Ativa para inclusão no Cadastro Único: trata-se de localizar as famílias extremamente pobres, incluí-las no CadÚnico e manter suas informações sempre atualizadas; (2) Busca Ativa para Acessar Benefícios: incluir no Bolsa Família, no Bolsa Verde, no Fomento a Atividades Produtivas, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e no Benefício de Prestação Continuada todas as famílias que atendam os critérios de elegibilidade; (3) Busca Ativa para Acessar Serviços: nesse caso, o Estado assegura que as famílias extremamente pobres tenham acessos aos serviços sociais básicos de saúde, saneamento, educação, assistência social, trabalho e segurança alimentar e nutricional, entre outros. Disponível em: <<http://www.brasilsemmiseria.gov.br/busca-ativa>> Acesso em: 23 mar. 2013.

Embora a gestão do Programa esteja vinculada ao governo federal, a lei, no seu artigo 9º, prevê o controle e a participação em âmbito local, por meio de um conselho ou comitê instalado pelo poder público municipal. Ou seja, entre outras atribuições, cabe aos municípios inserir as famílias no cadastro único (CadÚnico) para programas sociais do MDS. Neste cadastro, são incluídas informações como: características do domicílio; composição familiar; identificação e documentos de cada componente da família; despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros); qualificação profissional. Este cadastro deve ser atualizado a cada dois anos. É a partir desse momento/contato que é possível verificar, em parte, o 'baralhamento' entre o público e o privado, na medida em que o gestor municipal, com o objetivo de auxiliar, entra na vida privada de algumas famílias, principalmente daquelas em situação de extrema pobreza, que são frequentemente acompanhadas pelas assistentes sociais.

Essa dicotomia entre o público e o privado na relação entre os agentes públicos e os beneficiários permite uma reflexão sobre as variadas formas de concebê-los. A própria lei de criação do BF família expressa essas diferenças, ou seja, se por um lado o cartão<sup>11</sup> do BF dá autonomia aos beneficiários no dispêndio dos recursos, por outro impõe condicionalidades na área da saúde e educação, essas aparecem como uma obrigação a ser cumprida e não como um direito para quem recebe o dinheiro. Para Maria, beneficiária do BF e moradora da vila, em Canoas, quando os filhos faltam à escola ela corre para avisar. "Meus filhos vão à escola, mas quando ficam doentes ou faltam por qualquer motivo vou até a escola explicar, sei que eles cortam a bolsa se faltar muito à escola. Às vezes fico com raiva, pobre tem que dar explicação para tudo."

Outra moradora da favela carioca faz um relato semelhante: "como recebo bolsa família tenho que levar meus filhos para pesar e consultar todo mês na clínica da família, até parece que a gente trata mal os filhos, por que todo o mês?". A busca por melhores índices nas áreas da educação e da saúde, assim como permitir um maior acesso das famílias mais pobres, são apresentados como argumentos para a permanência das condicionalidades. Por outro lado, autores como Sen (2000) argumentam que o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade. O autor diferencia dois papéis da liberdade no desenvolvimento. As liberdades substantivas, que incluem capacidades elementares como, ter condições de evitar privações, ter participação política e liberdade de expansão. Já o papel instrumental diz respeito à liberdade global que as pessoas têm de viver do modo que desejarem. Portanto, cabe trazer para discussão das políticas públicas de transferência de renda as questões da autonomia e da liberdade dos indivíduos de baixa renda em contraponto com uma certa tutela sobre essas populações pobres e também com uma visão de certos setores da sociedade que veem uma falta de capacidade desses grupos

11 Uma vez incluído no PBF o beneficiário recebe mensalmente, por meio de cartão magnético bancário, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com o nome do responsável, mediante o Número de Identificação Social (NIS) de uso restrito do governo federal.

de decidir sobre o que é melhor para suas vidas e a falta de aptidão dos mesmos em romper com a pobreza<sup>12</sup> que, às vezes, acabam causando o ‘baralhamento’ do público e do privado na vida dos beneficiários.

### **O público e o privado: ‘baralhamento’ e cotidiano das famílias do PBF**

O público e o privado têm sido tema de diversos autores e obras como a coleção *História da vida privada no Brasil*<sup>13</sup>, que busca traçar, por épocas e situações históricas, relações de continuidade e diferença entre essa dicotomia. Esse processo, segundo Ariès (1991), nada tem de uma evolução linear, regular e “unívoca”, ou seja, não são sequências sucessivas, mas superpostas ou dissociadas. Segundo Chartier, três fases se encaixam na exigência de privatização: a primeira seria a busca do individualismo de costumes, “separando o indivíduo do coletivo; em seguida, a multiplicação dos grupos de convivialidade e por fim, a redução da esfera do privado à célula familiar” (Chartier, 1991, p. 409). O autor enfatiza que não importa o método, o objetivo se mantém, ou seja, compreender em sua complexidade e trajetória situações que por vezes se mostram particulares, e assim poder observar, “através de uma lupa”, conflitos e contradições do público e do privado.

Segundo Lyra (1999), a fronteira do público e do privado é instigante no Brasil porque sugere enfoques e questionamentos diversos, dependendo da forma como os mesmos são interpretados. Conforme a autora, estes podem ser “concebidos como campos de atuação do poder do Estado e dos grupos sociais de dominação político-econômica, assim o enfoque é dado à problemática da ordem privada escravista em confronto, ou complementar, com a ordem pública estabelecida” (Lyra, 1999, p. 3). No entanto, continua a autora, “quando concebidas como esferas de atuação dos indivíduos em sociedade e manifestações de intimidade da vida cotidiana, o enfoque é dado ao processo de transformação das relações sociais e políticas levando-se em conta o caráter privado e cultural dos indivíduos na definição do espaço público” (Lyra, 1999, p. 3).

No Brasil, segundo Botelho (2011) o ‘baralhamento’ entre o público e o privado é visto como uma marca desde a colonização portuguesa e por isso constitui uma das “construções intelectuais mais recorrentes no seu pensamento social” (Botelho, 2011, p.420). Ainda na perspectiva do autor, o privado, no pensamento social brasileiro, tem sido geralmente identificado “aos círculos primários, sobretudo a família de matriz patriarcal” e aponta esta como “a agência principal de coordenação da vida social” (Botelho, 2011, p. 421) e através da qual o privado foi se estendendo ao público. O mesmo já havido sido referido nas obras de Gilberto Freire. Em *Sobrados e Mucambos*, o autor descreve a família “sob a forma patriarcal, ou tutelar”, como uma das grandes forças permanentes no Brasil. Em torno

12 Cf. Romano, 2008. Para aprofundar o tema cf. Sen, 2000.

13 Cf. também a *História da vida privada no Brasil*, coleção dirigida por Fernando A. Novais.

da família, segundo o autor, os principais acontecimentos brasileiros giraram durante quatro séculos e a família permaneceu mesmo com as mudanças ocorridas na vida social, quando esta passa do meio rural para o urbano. Botelho faz referência à obra de Gilberto Freire ao mencionar que a decadência do patriarcado rural não implicou no desaparecimento total do seu poder, nem no rompimento da interpenetração entre o público e privado, ainda que “as relações entre esses domínios tenha, se alterado mediante o peso relativo que as instituições públicas passaram a assumir” (Botelho, 2011, p. 422).

No livro *Raízes do Brasil*, em que o público e o privado também são mencionados, Sergio Buarque de Holanda afirma que o brasileiro criou-se dentro de um núcleo familiar, acentuadamente patriarcal, e trouxe para o meio público esses traços que o fizeram indivíduo. Nesse contexto, destaca-se sua dificuldade em desvincular-se dos laços familiares a partir do momento em que se torna um cidadão. Ele leva consigo essa forma de tratamento “cordial”, em que ele precisa criar uma intimidade com aqueles com quem se relaciona. Segundo Botelho, a precedência do privado em relação ao público no caso de Buarque de Holanda é entendido em termos de um “legado cultural da colonização portuguesa, como expressa a discussão sobre a cordialidade enquanto atualização da “cultura da personalidade” dos ibéricos” (Botelho, 2011, p. 423).

Em seu livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior analisa a evolução política e econômica do Brasil partindo de seu passado colonial. Prado Júnior destaca que mais de um século após a Independência, o Brasil ainda mantinha, sob diversos aspectos, o caráter e as características de colônia, principalmente no que se referia à economia e à sociedade. O autor descreve ainda a estrutura patrimonialista, na qual os senhores oligárquicos, donos de imenso poder na conjuntura econômica e social da época, consideravam-se donos dos espaços públicos e privados. Ainda que seja possível traçar diferenças e semelhanças na perspectiva desses autores, o que se propõe nesse momento é compreender como a fluidez das fronteiras entre o público e o privado, ao mesmo tempo, comporta e se alimenta de um conjunto muito diferente de situações concretas, mesmo com os avanços democráticos das últimas décadas. Uma dessas situações pode ser observada na relação entre o gestor municipal do Programa Bolsa Família e as famílias beneficiárias, ainda que Botelho (2011) sinalize haver uma sobreposição (muito mais que uma simples mistura) do privado sobre o público; no caso da relação acima mencionada é perceptível, no cotidiano dos beneficiários, em alguns momentos, o inverso, ou seja, o público tentando sobrepor-se ao privado. Essa sobreposição acontece quando as famílias que recebem o benefício são visitadas pelas assistentes sociais ou no momento em que realizam o recadastramento<sup>14</sup> junto ao gestor municipal. Com o objetivo de auxiliar as famílias, as assistentes sociais procuram indicar o que seria melhor e mais adequado para melhorar as condições de vida das famílias, o que pode incluir, em alguns casos, como empregar o

14 O recadastramento é realizado a cada dois anos e objetiva atualizar endereços, rever a situação das famílias e o valor do benefício recebido por elas, entre outros.

dinheiro do benefício. Carmem, moradora da vila, na cidade de Canoas, relata que quando a assistente social vai até sua casa, essa costuma abrir os armários para olhar os alimentos e critica a compra de biscoitos recheados para suas filhas. Outra moradora da mesma região expõe que o mesmo acontece em sua casa e que, por diversas vezes, sabendo da visita das assistentes sociais por uma vizinha, correu para comprar “fiado<sup>15</sup>” frutas na venda da esquina.

Outro dia a vizinha da rua de trás me disse que tinha assistente social visitando as famílias do BF e perguntando sobre a alimentação da família. Eu corri para comprar [fiado] frutas, legumes e escondi os biscoitos. Estou pensando em desistir do BF, não gosto dessas visitas, sempre olhando tudo e perguntando muito.

Uma gestora do BF confirma que a sugestão é feita e em alguns casos, quando detectado problemas nutricionais, há uma maior interferência no dispêndio do dinheiro.

Elas devem primeiro comprar comida. Eu digo para elas: olha o computador ta mostrando que a senhora não gastou o dinheiro com comida, no que a senhora gastou? [...] Elas dizem, ah dei para meu marido, ou fui visitar a família no interior, tirei uma TV a prestação [...] então falo para elas gastarem com comida para as crianças. (Gestora BF/RS).

Cabe mencionar que, embora nenhum artigo da Lei estabeleça qual deva ser o destino do dinheiro recebido pelo Programa Bolsa Família (PBF), há o juízo tácito de que as famílias beneficiárias, por serem pobres, gastem primeiramente atendendo às carências alimentares e que sigam os programas nutricionais estabelecidos pelos órgãos públicos (Lavra Pinto; Pacheco, 2009). Portanto, é recorrente, quando o consumo envolve populações de baixa renda e também dinheiro público, mesmo que esse seja de programas de distribuição de renda, criar-se uma hierarquia de necessidades que são moralmente aceitas como destino dos recursos, entre as quais a principal é o gasto com alimentação. Deste modo, gastar com alimentação é gastar com necessidade básica, e, portanto, é justificável moralmente (Barbosa; Campbell, 2006). Espera-se ainda que essas populações estabeleçam hierarquias racionais a respeito de como despender os recursos recebidos. Barbosa e Campbell expõem que, por trás da oposição entre necessidades básicas e supérfluas, existe a “possibilidade de controlar o consumo alheio” – em especial das classes menos favorecidas –, ou seja, “a possibilidade que certos grupos sociais e políticos passem a definir, autoritariamente, o que se pode e deve consumir” (Barbosa; Campbell, 2006, p. 39). Desse modo, o discurso moral que há sobre o consumo atinge particularmente as populações pobres, pois recai sobre elas um etnocentrismo social que subtrai a capacidade,

<sup>15</sup> Termo êmico, refere-se à compra feita sem dinheiro, a crédito.

autonomia e liberdade sobre suas escolhas. Nos exemplos descritos, é possível perceber uma relação de dominação do público sobre o privado, que tenta restringir e controlar as ações dessas famílias, principalmente em relação ao consumo, pois para ter acesso ao benefício é necessário passar pelo cadastramento e se submeter às avaliações e ao acompanhamento do gestor<sup>16</sup> municipal. Nessa relação entre os gestores e as famílias beneficiadas existem outras ramificações, pois há famílias que buscam, através de laços e relações pessoais, obter o benefício; famílias indicadas pelas associações de moradores, enviadas por outras secretarias. Ainda que o cadastro seja feito respeitando os critérios estabelecidos pela lei, nem todos ganham os benefícios, pois os recursos destinados aos municípios, na maioria das vezes, não atende a demanda. Portanto, conhecer alguém que possa dar prioridade a família em situação de pobreza pode ajudar a obter o benefício mais rápido, principalmente nos grandes centros urbanos. Consiste em deixar de ser “mais uma família na lista”, tornando-se o que DaMatta (1997) descreve como a categoria de “pessoa”<sup>17</sup>. Ou seja, o sujeito das relações sociais, algo já descrito por Buarque de Holanda ao acentuar o caráter da “cordialidade” no brasileiro<sup>18</sup>.

### **A casa e a rua: espaços e redes de solidariedade entre os beneficiários**

A relevância entre o público e o privado permite ou converge outras dicotomias recorrentes nas Ciências Sociais. A casa e a rua são duas categorias que ajudam a compreender o mundo social. Essas categorias sinalizam relações e arranjos que são feitos entre os moradores das favelas e vilas, locais onde reside uma parcela das famílias beneficiárias do PBF.

Em seu ensaio intitulado *A Casa e a rua*, DaMatta defende que esses dois espaços são antagônicos e relacionais, mas também “esferas de ação social” específicas. E em cada uma dessas esferas existem valores e ideias que influenciam o comportamento dos atores em determinadas direções. Nesse sentido, os espaços podem “aumentar” ou “diminuir” de acordo com a outra unidade que surge como oposição ou contraste.

Em locais como as favelas ou vilas é difícil demarcar com nitidez essas fronteiras, pois a proximidade das casas estabelece uma comunicação entre o público e o privado, podendo por vezes ocasionar um ‘baralhamento’ dos papéis sociais entre esses dois espaços. Um exemplo dessa relação é descrito por Freire-Medeiros (2009) na pesquisa sobre o turismo em favelas do Rio de Janeiro, em que os turistas visitam as casas dos moradores e,

<sup>16</sup> Saliento que quando utilizada a denominação “gestor”, esta se refere aos profissionais que trabalham nas Cras e que são responsáveis por atender as famílias do PBF – assistentes sociais, responsáveis pelo cadastro, coordenadores, entre outros.

<sup>17</sup> Para Roberto DaMatta (1997) a sociedade brasileira viveria em um sistema social dividido e até mesmo equilibrado, em que o indivíduo seria o sujeito das leis universais, que modernizam a sociedade, e a pessoa o sujeito das relações sociais, que conduz a forma tradicional do sistema.

<sup>18</sup> Cabe salientar que nada de ilegal é feito no cadastramento, pois as famílias em situação de extrema pobreza são priorizadas pelos gestores municipais e pelo acompanhamento das assistentes sociais.

em alguns casos, os guias turísticos possuem as chaves das casas e, na ausência do morador, ele pode ingressar com o grupo de turistas para apreciar a vista. A porta e as janelas, locais de observação, são intuídas como fronteiras do espaço reservado ao interior do núcleo familiar, mas aberto para rua, um campo “semiprivatizado para as necessidades do cotidiano” (Castan, 1991). A necessidade econômica, como no caso do turismo nas favelas, permite que a fronteira entre o público e o privado seja ultrapassada em alguns momentos.

Nas camadas populares o fato de pertencer a um espaço não traduz vínculo de propriedade (fundiária), mas sim uma rede de relações. Esta rede é de tal forma interiorizada que acaba fazendo parte da própria identidade do indivíduo. Assim, as moradias populares normalmente não são vistas como espaços da privacidade, mas sim de reunião, de convívio social e de luta cotidiana (Velloso, 1990). Os assuntos supostamente de família, esta unidade importante no âmbito privado, podem ser expostos e divididos entre os moradores, algo que contrasta com os padrões das camadas urbanas médias e altas.

No que diz respeito às famílias pesquisadas, problemas relativos à organização doméstica podem ser compartilhados com vizinhos. Um desses exemplos diz respeito ao cuidado com as crianças, ou seja, “com quem e onde deixá-las”<sup>19</sup>? Embora uma parcela significativa das mulheres pertencentes às camadas de baixa renda cuide dos filhos e assuma o papel de dona de casa, existem famílias em que o cuidado das crianças é compartilhado, pois todos os adultos precisam trabalhar, inclusive as mulheres<sup>20</sup>. Algumas crianças ficam sob o cuidado de uma pessoa, quase sempre do sexo feminino, que pode ser uma vizinha ou um parente. No caso das vizinhas, há um pagamento que pode ser retirado do benefício recebido do BF, como relata uma beneficiária, moradora de uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro: “meus filhos ficam com a Celia minha vizinha, eu pago R\$ 50,00 por mês, uso dinheiro do benefício, esse é dinheiro certo”. Outra beneficiária comenta: “quando preciso trabalhar deixo a minha filha de 2 anos com minha cunhada, ela cuida e pago R\$ 15,00 para o almoço delas”.

Mesmo nos casos em que há o pagamento para cuidar das crianças, existe uma rede de ajuda mútua que ultrapassa as fronteiras da casa e estabelece novas relações afetivas, mas na maioria das vezes sem romper com as relações familiares<sup>21</sup>, como relatou uma das meninas: “a Dona Maria é como se fosse minha mãe, ela me cuida sempre que a minha mãe precisa trabalhar”. Velloso (1990), em seu artigo sobre o resgate da memória dos negros baianos na cidade do Rio de Janeiro, menciona a rede de solidariedade, fora da esfera do Estado, e a importância das mulheres, “tias”, na educação e cuidado das crianças, que havia entre os moradores negros das favelas no início do século XX. Segundo a autora, o estreito convívio entre os moradores acabava ampliando a família nuclear, dando origem à ‘grande

19 Cabe frisar que há uma escassez de creches públicas nos locais de residência das famílias pesquisadas.

20 Segundo dados do MDS 70% dos adultos que recebem o Bolsa Família trabalham. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/>> Acesso em: 26 mar. 2013

21 Para aprofundamento cf. Fonseca, 2006.

família, em que o parentesco adquiria diferentes significados e possibilidades em função do contexto social, havendo um colamento do parentesco com a ideia de solidariedade. Outra estratégia utilizada no cuidado com as crianças mais velhas, e em turnos contrários aos da escola, é o uso de espaços comerciais, entre os quais, as *lan house*. Nas *lan house*, as crianças usam o espaço para jogar nos computadores (jogos individuais ou em grupo – várias crianças utilizando um mesmo computador) e acessar a *internet*. Ainda que haja uma relação econômica<sup>22</sup>, pois o tempo de uso do computador é pago, as crianças não deixam o local sem a permissão do dono do estabelecimento ou de quem for responsável. Tudo previamente acordado com os familiares das crianças, incluindo o pagamento. Ainda que situados no espaço da rua, esses acabam se tornando uma extensão da casa ou, como sugere DaMatta (1987), uma recriação no espaço público do ambiente caseiro e familiar.

Convém frisar que essa relação entre “a casa e a rua”, e a visão dos significados da família nos locais de moradias populares, contrasta com os padrões que demarcam o espaço da casa e da rua nas camadas médias e altas da sociedade brasileira. Algo já analisado na obra de Gilberto Freire (2002), em que a casa e a família são unidades analíticas da sociedade brasileira. Em *Sobrados e Mucambos*, ao descrever a vida urbana, a rua, o autor apresenta o “sobrado” e a vida social da família patriarcal – na qual a privacidade era algo a ser preservado – em oposição aos “mucambos”, que “desabrochou no Brasil o sentido de solidariedade mais largo que o de família sob a forma de sentimento de raça e, ao mesmo tempo, de classe” (Freire, 2002, p.758). Certamente, entre as camadas urbanas médias e altas encontraremos momentos e circunstâncias em que esses espaços (públicos e privados) se “baralham”, e redes sociais são estabelecidas, porém com arranjos e contextos distintos<sup>23</sup>.

### **Finalizando: breves considerações**

Ao pesquisar sobre políticas públicas de transferência de renda é possível perceber esse ‘baralhamento’ do público e do privado, seja na relação entre as famílias com o gestor público municipal ou na relação dessas com seus pares. Os resultados desse ‘baralhamento’, até o momento, revelam a lógica classificatória e, conseqüentemente, simbólica e cultural destas famílias, que formulam soluções para sobreviver as dificuldades do cotidiano. As fronteiras entre o público e o privado, nesse caso, mostram-se mais ‘fluídas’, tanto do ponto de vista espacial quanto das relações sociais. Por outro lado, as redes de solidariedade revelam-se como estratégias importantes, uma vez que a proteção do Estado não consegue abranger todas as necessidades das famílias de baixa renda.

No que diz respeito ao gestor municipal e à sua relação com as famílias,

22 Os beneficiários relatam também utilizar o dinheiro do benefício com o pagamento das *lan house* para os filhos.

23 Everardo Rocha (2003) descreve o “baralhamento” entre o público e o privado em uma rua de classe média do Bairro de Copacabana no Rio de Janeiro. Segundo o autor a rua é utilizada como estacionamento particular dos moradores. Os porteiros e garagistas dos prédios localizados na rua garantem e reservam as vagas aos moradores.

o 'baralhamento' e ou sobreposição do público e privado apresenta hierarquias, principalmente nos aspectos que envolvem o dispêndio do dinheiro e o cumprimento das condicionalidades. Deste modo, os aspectos conceituais do público e do privado remetem, na discussão das políticas públicas de transferência de renda, às questões da autonomia e liberdade dos indivíduos de baixa renda em contraponto a uma certa tutela sobre essas populações pobres. Ou seja, questões como o papel das condicionalidades dos Programas, por um lado, que buscam compensações nas áreas da educação, saúde e trabalho e, por outro lado, a autonomia e liberdade dos indivíduos beneficiários para realizar escolhas, situando-se entre o limite do direito social (em que todos têm de acesso a bens públicos – educação, saúde) e as carências provocadas pelas desigualdades.

## Referências

- ATHAYDE, Celso. Periferia: favela, beco, viela. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (orgs.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs.). **Cultura, consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2006.
- BOBBIO, Norberto. A grande dicotomia: público e privado. In: \_\_\_\_\_. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOTELHO, André. Público e privado no pensamento social brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia (orgs.). **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.
- CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: CHARTIER, Roger; ARIÈS, Philippe (orgs.). **História da Vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- CHARTIER, Roger; ARIÈS, Philippe (orgs.). **História da Vida privada 3: da Renascença ao Século das Luzes**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2000.
- DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Edusp, 2002.
- FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **CADERNOS Pagu**, Dossiê Repensando a infância, Campinas, n. 26, jan./jun. 2006, p.11-43.
- Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30384.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013
- FRANCO, Claudia. Direito de laje: o direito na vida e a vida no Direito. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 17, UnB, 19 a 21 de novembro 2008. **Anais...**, Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/05\\_773.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/05_773.pdf)> Acesso em: 26 mar. 2013
- FREIRE, Gilberto. Sobrados & Mucambos. In: SANTIAGO, Silviano (org.). **Intérpretes do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2002.

- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje**: produção, circulação e consumo da favela turística. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009.
- HOFFMAM, Rodolfo. Transferência de renda e a redução da desigualdade e da pobreza. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, jun. 2006, p. 55-81. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Politicais\\_sociais\\_alunos/2011/pdf/9BES\\_Gini-Decomp\\_RODOLFO.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Politicais_sociais_alunos/2011/pdf/9BES_Gini-Decomp_RODOLFO.pdf)> Acesso em: 26 mar. 2013
- HOLANDA, Sergio B. de. O homem cordial. In: \_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Coleção Intérpretes do Brasil)
- LAVRA PINTO, Michele de.; PACHECO, Janie K. Consumo, moralidade e o Programa Bolsa Família: padrões e percepções de um grupo de baixa renda. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Juventude, Consumo & Educação**. Porto Alegre: ESPM, 2009.
- LYRA, Maria de Lourdes V. O público e o privado no Brasil Imperial. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana M.; IOKOI, Zilda M. (orgs.). **História: fronteiras**, v. 1. São Paulo: Humanitas / USP, 1999. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S20.21.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2013
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. (Coleção Intérpretes do Brasil)
- ROCHA, Everardo G. Trabalho, identidade e Mundo Relacional. In: \_\_\_\_\_. **Jogo de Espelhos: ensaio de cultura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- ROCHA, Sônia. O declínio recente da pobreza e os programas de transferência de renda. In: SCHWARTZMAN, Felipe et al. (orgs.). **O sociólogo e as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2009.
- ROMANO, Jorge. O 'Empoderamento' e poder no enfrentamento da pobreza. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (orgs.). **Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro / Seropédica: Mauad X / Edur, 2008.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- SILVA, Maria Ozanira da S. et al. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

Recebido em 25/11/2012

Aprovado em 06/02/2013